

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-035>

Data de submissão: 05/01/2025

Data de publicação: 05/02/2025

Kayla Alcantara Mazzei

Mestranda em Ciências da Educação
Ivy Enber Christian University
4725 Sand Lake Rd, Ste 203, Orlando, Flórida 32819, United States
E-mail: profkaylacosta@gmail.com

Ana Paula Garcia da Silva

Especialização em Educação Inclusiva sob Diferentes Enfoques
Universidade Estadual do Pará (UEPA)
Rua do Úna, nº 156 - Telégrafo, Belém – PA
E-mail: ap26garcia@gmail.com

Antonio José Ferreira Gomes

Mestrando em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay
E-mail: antoniogomesead@gmail.com

Cristiane da Silva Reis Gondim

Doutoranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay
E-mail: kikareisgondim@hotmail.com

Denise Gonçalves Canedo Fernandes

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Must University (MUST)
70 SW 10th St, Deerfield Beach, Florida 33441, United States
E-mail: denisegcf@hotmail.com

Gisela Paula Faitanin Boechat

Doutoranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
Calle de la Amistad casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay
E-mail: gisafaitanin@yahoo.com.br

Giuliano de Martin

Doutor em Ecologia de Ecossistemas
Universidade Vila Velha (UVV)
Avenida Comissário José Dantas de Melo, nº 21. Boa Vista, Vila Velha - ES
E-mail: giuliano_demartin@yahoo.com.br

Herberth Gomes Ferreira

Doutor em Educação

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Avenida Fernando Ferrari, Vitória - ES

E-mail: herberthgf@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo investigou os avanços e desafios das políticas públicas brasileiras para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional. O objetivo geral foi analisar a efetividade da Política Nacional de Educação Especial, com foco na Lei nº 12.764/2012 e no Decreto nº 10.502/2020, e identificar os principais obstáculos e avanços na implementação das políticas de inclusão. A metodologia adotada foi qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, baseada em fontes acadêmicas, legais e governamentais. Os resultados indicaram que, apesar dos avanços na criação de legislações que garantem os direitos dos alunos com TEA, ainda persistem desafios significativos, como a falta de infraestrutura, formação inadequada de professores e escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos. A análise revelou que a colaboração entre escolas, famílias e profissionais especializados tem sido um fator crucial para o sucesso da inclusão, mas que a implementação dessas políticas é desigual em diferentes regiões do país. As considerações finais apontaram que, embora as políticas públicas de inclusão apresentem avanços, é necessário um maior investimento em formação continuada de professores e infraestrutura escolar, além de uma maior integração entre as esferas de gestão educacional. A pesquisa também sugeriu a realização de novos estudos para aprofundar a análise sobre o impacto das políticas de inclusão na prática escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista. Formação de Professores. Tecnologias Assistivas.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional representa um desafio significativo para as políticas públicas no Brasil e em diversas partes do mundo. O TEA é caracterizado por dificuldades em áreas como comunicação, interação social e comportamentos restritos e repetitivos, o que exige adaptações no contexto escolar para garantir que esses alunos tenham acesso ao ensino de qualidade. Nesse contexto, a adoção de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão de estudantes com TEA é fundamental para garantir que esses alunos tenham igualdade de oportunidades no ambiente educacional, conforme previsto pela legislação brasileira. No Brasil, legislações como a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, estabelecem diretrizes para a inclusão de pessoas com TEA, mas os desafios para a implementação dessas políticas ainda são muitos.

A justificativa para este estudo se fundamenta na necessidade de avaliar as políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com TEA, uma vez que, apesar dos avanços legais, a implementação prática dessas políticas enfrenta obstáculos como a falta de recursos, formação inadequada de professores e resistência de algumas instituições de ensino à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais. Além disso, a escassez de estudos sistematizados sobre o impacto dessas políticas no cotidiano escolar e no desenvolvimento acadêmico dos alunos com TEA torna essencial a realização de uma revisão bibliográfica que permita compreender melhor os avanços e as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão. A análise das políticas públicas para a inclusão de estudantes com TEA é, portanto, crucial para sugerir melhorias e propostas que possam contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva no Brasil.

A pergunta-problema que norteia este estudo é: Quais são os principais avanços e desafios das políticas públicas brasileiras para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional? A partir dessa questão, busca-se entender de que maneira as políticas públicas implementadas têm contribuído para a inclusão de alunos com TEA, identificar os principais obstáculos que ainda precisam ser superados e sugerir possíveis melhorias que possam ser adotadas pelas instituições de ensino, gestores educacionais e formuladores de políticas.

O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão de estudantes com TEA, identificando seus avanços, desafios e impactos no processo educacional desses alunos. Essa análise permitirá entender o papel das políticas públicas na promoção de uma educação inclusiva e fornecerá subsídios para a discussão sobre os próximos passos a serem dados para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no ensino regular.

Este texto está estruturado da seguinte forma: na primeira seção, é apresentado o referencial teórico, que aborda os principais conceitos e bases legais relacionados ao TEA e à inclusão escolar. Em seguida, são discutidos três tópicos de desenvolvimento que tratam dos avanços das políticas públicas, dos desafios enfrentados e da atuação das secretarias municipais e estaduais na implementação da inclusão escolar. A metodologia adotada para a análise das fontes bibliográficas também será apresentada. Na sequência, três tópicos de discussão e resultados examinarão os efeitos das políticas públicas implementadas, analisando suas limitações e propondo possíveis melhorias. Por fim, são apresentadas as considerações finais, com uma reflexão sobre as contribuições deste estudo para o campo da educação inclusiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está estruturado para fornecer uma compreensão abrangente sobre o tema da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional. Inicialmente, são abordados os conceitos fundamentais sobre o TEA, suas características e as implicações que esse transtorno possui para o desenvolvimento educacional dos alunos. Em seguida, o referencial teórico explora o histórico das políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, destacando a legislação pertinente, como a Lei nº 12.764/2012 e o Decreto nº 10.502/2020, que estabelecem diretrizes para a inclusão de alunos com TEA. Também são discutidos os principais princípios da inclusão escolar, como a equidade, acessibilidade e igualdade de oportunidades. Por fim, são analisadas as questões relativas à formação de professores e aos desafios pedagógicos no atendimento a esses alunos, destacando a importância da capacitação docente para a implementação eficaz das políticas públicas de inclusão.

3 O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM TEA

A Política Nacional de Educação Especial, instituída pela Lei nº 12.764/2012 e pelo Decreto nº 10.502/2020, tem desempenhado um papel fundamental no atendimento educacional dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas. A implementação dessa política visa garantir a inclusão desses alunos no ensino regular, proporcionando-lhes condições adequadas para o desenvolvimento educacional, em conformidade com os direitos estabelecidos pela Constituição Brasileira e com as diretrizes internacionais para a educação inclusiva. O impacto dessa política tem sido discutido na literatura, especialmente no que diz respeito à eficácia das medidas implementadas e aos desafios que ainda precisam ser superados. De acordo com Arruda e Dikson (2017, p. 220):

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 define as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Esse dispositivo reforça a importância de integrar o atendimento especializado ao plano pedagógico da escola, garantindo a articulação com outras políticas públicas e promovendo a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular de forma efetiva.

Diversos estudos indicam que, embora a legislação tenha criado uma base sólida para a inclusão, a realidade nas escolas ainda apresenta obstáculos significativos. Pimenta (2021, p. 15) destaca que, apesar da criação de leis que garantem os direitos dos alunos com TEA, muitas escolas ainda carecem de uma estrutura adequada para o atendimento desses estudantes, incluindo recursos pedagógicos especializados e formação de professores. A falta de treinamento adequado para os docentes, como apontado por Silva e Alves (2022, p. 310), é um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas, uma vez que os professores frequentemente não têm as competências necessárias para lidar com a diversidade presente na sala de aula, dificultando a plena inclusão dos alunos com TEA.

Por outro lado, Ferreira e Lima (2021, p. 50) afirmam que, quando implementadas corretamente, as políticas públicas de inclusão podem resultar em avanços significativos para o atendimento educacional de estudantes com TEA, principalmente nas escolas que possuem uma gestão comprometida com a adaptação dos processos pedagógicos. Gurgel e Lima (2021, p. 102) corroboram essa ideia, destacando que as políticas públicas têm gerado uma maior conscientização sobre a importância da educação inclusiva, mas ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente no que diz respeito à implementação de práticas pedagógicas adaptadas às necessidades desses alunos.

Estudos de Almeida e Moreira (2020, p. 75) também reforçam que a implementação das políticas públicas deve ser monitorada de perto, pois a realidade nas escolas públicas brasileiras varia de acordo com a região e o nível de recursos disponíveis. De acordo com Santos e Corrêa (2022, p. 130), a atuação das secretarias municipais de educação é crucial para o sucesso dessas políticas, uma vez que são responsáveis por adaptar as diretrizes nacionais à realidade local e garantir a formação contínua dos profissionais envolvidos no atendimento aos alunos com TEA.

Portanto, a análise da implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes com TEA revela tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. Embora as políticas públicas tenham gerado um impacto positivo, especialmente no aumento da conscientização sobre a inclusão e na adaptação dos currículos, a implementação eficaz depende de fatores como a adequação dos recursos, a formação de professores e a atuação das secretarias de educação, que precisam trabalhar de maneira integrada para garantir que os direitos dos alunos com TEA sejam plenamente atendidos.

4 DESAFIOS E AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

A implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta diversos desafios que comprometem a efetividade dessas ações nas escolas. Um dos principais obstáculos, conforme apontado por Silva e Alves (2022, p. 312), é a falta de recursos adequados para a implementação das políticas, o que inclui desde a escassez de materiais pedagógicos até a insuficiência de tecnologias assistivas, fundamentais para o desenvolvimento dos alunos com TEA. A falta de investimentos nas infraestruturas das escolas públicas é uma das razões pelas quais muitos alunos com TEA não conseguem acessar as adaptações necessárias, limitando suas oportunidades educacionais.

Além disso, a resistência à inclusão, que ainda persiste em algumas instituições de ensino, também é um desafio considerável. Gurgel e Lima (2021, p. 104) destacam que a inclusão de alunos com TEA muitas vezes encontra barreiras culturais e sociais dentro das escolas, o que dificulta a implementação das políticas públicas. A visão tradicional de ensino, que prioriza o aprendizado uniforme e homogêneo, gera resistência à adaptação dos processos pedagógicos para atender às necessidades de alunos com TEA, que demandam abordagens diferenciadas. Pimenta (2021, p. 16) também salienta que, muitas vezes, a resistência vem de profissionais que não têm clareza sobre os benefícios da inclusão ou que possuem uma formação insuficiente para lidar com a diversidade no contexto educacional.

Outro desafio crítico é a formação inadequada dos docentes. Ferreira e Lima (2021, p. 52) ressaltam que a capacitação de professores para trabalhar com alunos com TEA é ainda incipiente, e a falta de uma formação continuada específica para esse público tem prejudicado a implementação de práticas pedagógicas eficazes. A escassez de cursos especializados e a falta de estratégias pedagógicas adaptadas para o TEA contribuem para que os docentes não se sintam preparados para trabalhar com esses alunos, dificultando a inclusão plena nas salas de aula regulares. De acordo com Goudouris et al (2013, p. 406):

As políticas públicas de inclusão digital devem promover não apenas o acesso às tecnologias de informação e comunicação, mas também garantir condições adequadas para que professores e alunos possam utilizá-las em suas práticas educacionais. Isso inclui a oferta de infraestrutura tecnológica, suporte pedagógico e técnico, e a formação continuada dos docentes, permitindo que eles possam integrar as TICs de forma efetiva e inovadora ao processo de ensino-aprendizagem. Essas ações são essenciais para superar as barreiras existentes, possibilitando uma educação mais democrática e inclusiva que prepare os estudantes para os desafios da sociedade digital.

Apesar desses desafios, há avanços significativos nas políticas públicas voltadas para a inclusão de estudantes com TEA. A criação de mecanismos de inclusão, como as tecnologias assistivas, tem proporcionado um suporte importante para o aprendizado desses alunos. Almeida e Moreira (2020, p. 78) afirmam que as tecnologias assistivas, como softwares educativos e dispositivos adaptativos, têm contribuído para que os alunos com TEA possam acessar conteúdos de maneira autônoma, facilitando sua participação no ambiente escolar. Essas tecnologias são especialmente importantes para alunos que possuem dificuldades de comunicação e interação social, como é o caso de muitos estudantes com TEA.

Além disso, práticas pedagógicas adaptadas têm sido desenvolvidas para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Santos e Corrêa (2022, p. 135) destacam que o uso de estratégias diferenciadas, como a educação mediada por tecnologias e o atendimento educacional especializado (AEE), tem mostrado resultados positivos no aumento da inclusão desses alunos. Tais práticas buscam proporcionar uma abordagem individualizada, respeitando o ritmo e as necessidades específicas de cada estudante, o que favorece seu desenvolvimento acadêmico e social dentro da escola.

Portanto, embora existam desafios significativos para a implementação das políticas públicas de inclusão de estudantes com TEA, como a falta de recursos, resistência à inclusão e a formação inadequada dos docentes, também é possível observar avanços importantes, principalmente no que diz respeito à utilização de tecnologias assistivas e à adaptação das práticas pedagógicas. Esses avanços são essenciais para promover uma educação inclusiva, que permita a todos os alunos, independentemente de suas condições, o acesso a um ensino de qualidade.

5 O PAPEL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

A atuação das secretarias municipais e estaduais de educação desempenha um papel crucial na implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com Santos e Corrêa (2022, p. 132), as secretarias de educação são responsáveis por adaptar as diretrizes nacionais às realidades locais, garantindo que as políticas sejam efetivamente aplicadas nas escolas. Essa responsabilidade envolve a coordenação de ações que vão desde a distribuição de recursos até a organização da formação de professores, a fim de garantir que as necessidades dos alunos com TEA sejam atendidas adequadamente. Além disso, as secretarias devem assegurar que as escolas disponham de um ambiente acessível, tanto do ponto de vista físico

quanto pedagógico, para que os alunos com TEA possam usufruir das mesmas oportunidades educacionais que os demais estudantes.

Um dos principais desafios enfrentados pelas secretarias de educação, conforme apontado por Gurgel e Lima (2021, p. 106), é a falta de uma abordagem integrada entre as diferentes esferas de gestão educacional, o que pode comprometer a implementação eficaz das políticas públicas de inclusão. A atuação das secretarias precisa ser coordenada com outras instâncias governamentais e sociais, como os serviços de saúde e assistência social, para garantir um atendimento completo aos alunos com TEA. Nesse sentido, a colaboração entre diferentes profissionais e instituições é essencial para promover uma inclusão escolar verdadeira e efetiva. De acordo com Ribeiro (2022, p. 22):

A escola é um espaço coletivo de aprendizagens, lugar de apropriação da cultura produzida pela humanidade, cultura essa, na atualidade, permeada pela presença das Novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's). Escola é lugar de pessoas de todos os tipos, das mais diversas formas de ser e se apresentar. Escola é lugar de aprender, mas de aprender muito além dos conteúdos e do currículo formal. Assim também são os espaços digitais, representados aqui pela rede social Facebook (FB), lugar de encontros virtuais de pessoas movidas pelos mesmos interesses ou que desejam aprender coisas novas.

No entanto, existem exemplos de boas práticas que demonstram a capacidade das secretarias de implementar com sucesso as políticas de inclusão. Silva e Alves (2022, p. 315) destacam a importância de programas estaduais e municipais que oferecem formação contínua aos professores, garantindo que esses profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade presente na sala de aula. Em algumas localidades, foram estabelecidos cursos de capacitação específicos para o atendimento de alunos com TEA, com foco nas metodologias adaptativas e no uso de tecnologias assistivas, que têm mostrado resultados positivos na melhoria do atendimento educacional especializado. Além disso, Almeida e Moreira (2020, p. 80) mencionam a criação de centros de atendimento educacional especializado (AEE) em diversos municípios, os quais têm desempenhado um papel fundamental no apoio à inclusão de alunos com TEA. Esses centros são responsáveis por oferecer recursos pedagógicos específicos, além de acompanhamento contínuo dos alunos, o que tem contribuído para a sua melhor adaptação e aprendizagem no ambiente escolar.

Por outro lado, Pimenta (2021, p. 17) ressalta que, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos relacionados à implementação das políticas públicas. Em muitas regiões, especialmente nas afastadas, as secretarias enfrentam dificuldades para garantir a distribuição equitativa de recursos e a formação adequada dos profissionais, o que pode comprometer a eficácia das ações de inclusão. A falta de uma infraestrutura adequada nas escolas e o distanciamento de algumas políticas públicas em relação às necessidades específicas dos alunos com TEA são questões que ainda demandam atenção das secretarias de educação.

Portanto, o papel das secretarias de educação na inclusão escolar de alunos com TEA é essencial para a implementação das políticas públicas, e sua atuação deve ser orientada por estratégias que garantam uma educação acessível e de qualidade para todos. Exemplos de boas práticas, como a capacitação de professores e a criação de centros de AEE, mostram que, quando bem implementadas, as políticas públicas de inclusão podem resultar em avanços significativos. No entanto, é fundamental que as secretarias de educação continuem enfrentando os desafios existentes, especialmente no que diz respeito à distribuição de recursos e à formação contínua dos profissionais da educação.

6 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar as políticas públicas brasileiras voltadas para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que busca compreender e interpretar os avanços, desafios e impactos das políticas públicas no contexto educacional desses alunos. A pesquisa se baseou em fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos oficiais que tratam das questões relacionadas ao TEA e à inclusão escolar. Para a coleta de dados, foram utilizados recursos como bases de dados acadêmicas, repositórios institucionais e sites de órgãos governamentais, que disponibilizam documentos legislativos e relatórios sobre a implementação das políticas públicas para a inclusão. A análise das fontes foi realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura, com ênfase na identificação de principais temáticas e tendências que se relacionam com a inclusão de estudantes com TEA. As técnicas de análise envolveram a leitura crítica e a interpretação dos textos selecionados, permitindo a organização das informações de forma a responder à pergunta-problema da pesquisa.

A seguir, apresenta-se um quadro com as principais referências utilizadas nesta pesquisa, com o intuito de facilitar a compreensão do material bibliográfico consultado. O quadro a seguir sintetiza os dados dos autores e das publicações que foram utilizados como base para a análise teórica e a construção dos argumentos desta pesquisa.

Quadro 1 - Referências Utilizadas na Pesquisa

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de Trabalho
BRASIL	Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências.	2012	Lei
BRASIL	Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Estabelece a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.	2020	Decreto
ALMEIDA, C. B.; MOREIRA, T.	O impacto do Plano Nacional de Educação (PNE) no atendimento a estudantes com TEA no Brasil.	2020	Artigo
PIMENTA, T.	A inclusão de alunos com TEA no ensino regular: desafios e avanços nas políticas públicas brasileiras.	2021	Artigo
FERREIRA, S. A.; LIMA, J. R.	Políticas públicas para a inclusão de estudantes com TEA: análise crítica dos avanços e desafios.	2021	Artigo
GURGEL, J. C. A.; LIMA, A. S.	Implementação da Lei nº 12.764/2012 no contexto educacional: desafios no acesso e permanência de alunos com TEA.	2021	Artigo
CUNHA, A. M.; TEIXEIRA, L. P.	Políticas inclusivas e formação docente: o atendimento educacional especializado para estudantes com TEA.	2021	Artigo
OLIVEIRA, F. S.; PINTO, M. C.	Políticas públicas e a formação continuada de professores para a inclusão de estudantes com TEA.	2021	Artigo
SILVA, M. L. C.; ALVES, P. R.	A Política Nacional de Educação Especial e os impactos no atendimento educacional de estudantes com TEA.	2022	Artigo

SANTOS, R. P.; CORRÊA, D.	A atuação das secretarias municipais de educação na implementação de políticas de inclusão para alunos com TEA.	2022	Artigo
BOECHAT, Gisela Paula Fatinanti; REZENDE, Antonio Pinheiro de; OLIVEIRA, Clebereson Cordeiro de Moura.	Tecnologias assistivas no processo de inclusão escolar de crianças com autismo.	2024	Capítulo de livro
GONÇALVES, Luciana Marinho Soares; BOECHAT, Gisela Paula Fatinanti; REZENDE, Antonio Pinheiro de.	A formação de professores para a inclusão de alunos com autismo: desafios e oportunidades.	2024	Capítulo de livro
SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha.	Estratégias de ensino para estudantes com deficiência visual em salas de aula regulares.	2024	Capítulo de livro
SANTANA, Telma Lustosa Silva; BORÉ, Aline Paula; GONÇALVES, Cristiane da Silva Reis; MARTINO, Lourdes Miranda; SILVA, Ludimila Fernandes da; SILVA, Wellington José Rosa.	Desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica.	2024	Capítulo de livro
CABRAL, Denise; CHERUBINI, Adriana de Oliveira Ramos dos Santos; SIMONASSI, Adriana Lisboa Martins; BORÉ, Aline Paula; OLIVEIRA, Daniela Medeiros de; RODRIGUES, Joseana Lopes.	O uso de ferramentas digitais para o desenvolvimento cognitivo na educação infantil.	2024	Capítulo de livro

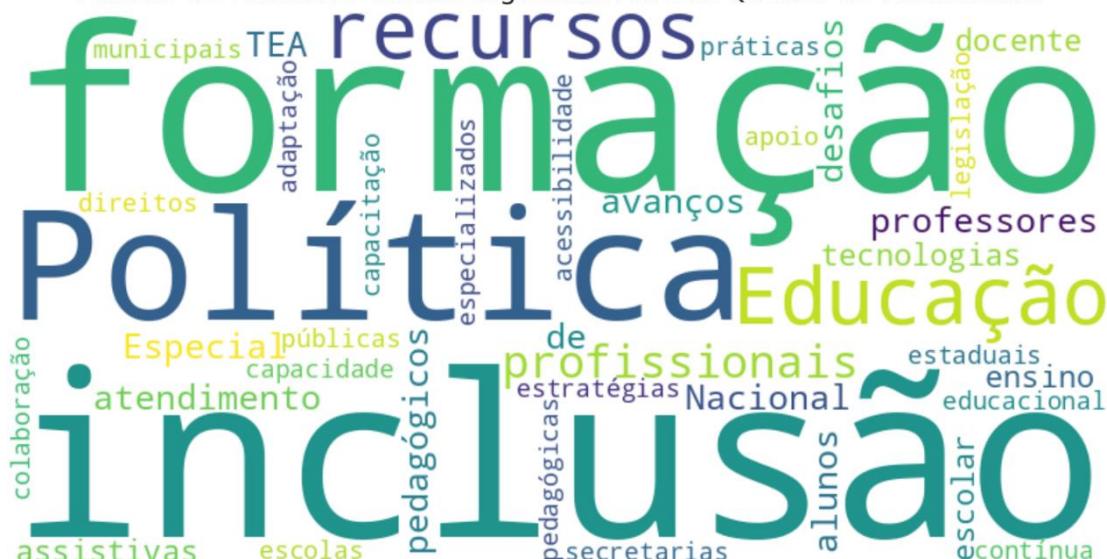
Fonte: autoria própria

Após a inserção do quadro, é importante destacar que as informações nele contidas refletem as principais fontes que sustentam as discussões e análises realizadas ao longo deste estudo. Essas referências foram selecionadas com o objetivo de proporcionar uma visão ampla sobre as políticas públicas de inclusão para alunos com TEA, abordando desde os aspectos legislativos até as práticas educacionais adotadas no Brasil. O quadro serve, portanto, como uma ferramenta de apoio para a compreensão dos conceitos e das abordagens que fundamentam a pesquisa.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Imagen 1

Nuvem de Palavras: Termos Significativos dos Quadro de Referências



Fonte: autoria própria

A seguir, apresenta-se a nuvem de palavras, que foi gerada a partir dos termos frequentes e significativos encontrados no quadro de referências. Esses termos serão tratados nos tópicos subsequentes, bem como nos resultados e discussões desta pesquisa, oferecendo uma visão visual das principais questões relacionadas às políticas públicas de inclusão para alunos com TEA, como a formação de professores, os desafios enfrentados pelas escolas, a utilização de recursos pedagógicos e o papel das tecnologias assistivas na educação inclusiva. A análise dessas palavras-chave contribuirá para um aprofundamento nas discussões sobre a efetividade e os avanços das políticas de inclusão educacional.

8 ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política Nacional de Educação Especial, estabelecida pela Lei nº 12.764/2012 e pelo Decreto nº 10.502/2020, visa garantir a inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. No entanto, a efetividade dessas normativas tem sido objeto de análise crítica. A Lei nº 12.764/2012 foi um marco importante, pois reconheceu oficialmente o Transtorno do Espectro Autista como uma deficiência, assegurando direitos educacionais aos alunos com TEA. Contudo, como apontam Silva e Alves (2022, p. 312), a implementação de tais direitos ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação dos professores e à adaptação das escolas. A falta de recursos materiais e humanos adequados, como a insuficiência de salas de AEE (Atendimento

Educacional Especializado) e a escassez de profissionais capacitados, compromete a aplicação prática da lei nas escolas públicas, limitando seu impacto real na inclusão desses alunos.

Além disso, o Decreto nº 10.502/2020, que complementa a legislação, estabelece a Política Nacional de Educação Especial, focada na educação inclusiva e na formação continuada dos professores. Porém, Ferreira e Lima (2021, p. 51) destacam que, embora o decreto tenha sido um avanço, sua implementação é desigual entre os estados e municípios, refletindo a disparidade de recursos e a falta de uma estrutura educacional coesa. Em algumas regiões do Brasil, a adaptação das escolas para receber alunos com TEA ainda é limitada, e o atendimento educacional especializado não é oferecido de maneira sistemática. A dificuldade de implementação dessa política nas escolas reflete uma carência de apoio financeiro e de uma estratégia clara para a capacitação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Comparando com as políticas públicas de outros países, observa-se que a legislação brasileira ainda está em fase de adaptação e implementação quando se comparada com modelos de inclusão educacional de países desenvolvidos. Gurgel e Lima (2021, p. 105) indicam que, em países como os Estados Unidos e alguns países da Europa, políticas de inclusão de alunos com TEA estão consolidadas e integradas ao sistema educacional desde os anos 1990, com maior investimento em infraestrutura e programas especializados. Esses países, como os Estados Unidos, possuem leis como o IDEA (*Individuals with Disabilities Education Act*), que garantem não só a educação inclusiva, mas também a formação contínua e o suporte de especialistas para os docentes. Comparado a isso, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos, como a resistência cultural à inclusão e a falta de recursos suficientes para garantir que a educação de alunos com TEA seja plenamente acessível e de qualidade.

Por outro lado, na América Latina, países como Argentina e Chile também têm avançado na inclusão de alunos com TEA, embora com limitações semelhantes às encontradas no Brasil. Pimenta (2021, p. 18) aponta que, nesses países, as políticas de inclusão têm se expandido, mas ainda existem dificuldades quanto à capacitação dos professores e ao financiamento adequado das escolas. A comparação com esses países evidencia tanto os avanços quanto as limitações das políticas públicas no Brasil, ressaltando a necessidade de uma maior integração entre as esferas federal, estadual e municipal para garantir a efetiva inclusão educacional de alunos com TEA.

Em suma, a avaliação da efetividade da Lei nº 12.764/2012 e do Decreto nº 10.502/2020 revela avanços no reconhecimento dos direitos dos alunos com TEA, mas também aponta desafios significativos na implementação das políticas públicas de inclusão, especialmente no que diz respeito à formação de professores e ao financiamento adequado das escolas. Comparada a políticas de outros países, a legislação brasileira ainda está em processo de consolidação, exigindo investimentos

contínuos e a superação de barreiras culturais e estruturais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

9 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

A implementação da inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrenta uma série de desafios que comprometem sua eficácia nas escolas. Um dos principais obstáculos é a falta de infraestrutura adequada para atender a essas demandas educacionais específicas. Silva e Alves (2022, p. 310) destacam que muitas escolas ainda não possuem as condições físicas necessárias para garantir uma educação inclusiva de qualidade, como salas de aula adaptadas e ambientes acessíveis para alunos com TEA. Além disso, a escassez de recursos materiais, como tecnologias assistivas e ferramentas pedagógicas específicas, agrava a situação, dificultando o aprendizado dos alunos com esse transtorno.

Outro desafio relevante é a carência de profissionais qualificados para lidar com as particularidades do ensino a alunos com TEA. Gurgel e Lima (2021, p. 103) enfatizam que a formação de professores, em muitos casos, não é suficiente para atender às necessidades dos alunos com TEA, uma vez que a maioria dos docentes não recebe treinamento específico durante sua formação inicial. A falta de capacitação contínua, como observam Ferreira e Lima (2021, p. 52), também contribui para a defasagem na implementação de metodologias pedagógicas adaptadas, o que compromete a eficácia das políticas de inclusão nas escolas. Esses profissionais, muitas vezes, não têm os conhecimentos necessários para aplicar práticas pedagógicas específicas que favoreçam o aprendizado de estudantes com TEA, o que resulta em uma inclusão incompleta ou superficial.

A escassez de materiais pedagógicos adequados também se configura como um obstáculo significativo. Pimenta (2021, p. 17) aponta que a disponibilidade de materiais específicos, como livros e softwares adaptados, é limitada em muitas escolas públicas, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem para alunos com TEA. A ausência desses recursos compromete a personalização do ensino e a adaptação das atividades para as necessidades individuais de cada aluno. Além disso, a falta de uma abordagem pedagógica diversificada, que leve em conta as especificidades de aprendizagem dos alunos com TEA, impede que esses estudantes tenham as mesmas oportunidades educacionais que os demais.

Esses desafios são corroborados por Santos e Corrêa (2022, p. 133), que ressaltam a importância de uma estrutura educacional sólida, que envolva tanto a formação contínua de professores quanto a disponibilidade de recursos materiais e humanos. A falta desses elementos compromete, portanto, a implementação efetiva das políticas de inclusão escolar, fazendo com que a

inclusão de alunos com TEA nas escolas ainda seja, em muitos casos, uma realidade distante de uma verdadeira educação inclusiva.

10 BOAS PRÁTICAS E EXEMPLOS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA

Diversos estudos de caso e exemplos práticos demonstram que, quando implementadas de maneira eficaz, as políticas públicas de inclusão escolar podem gerar avanços significativos na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Almeida e Moreira (2020, p. 77) destacam que alguns municípios têm se destacado na adaptação do currículo e na formação continuada de professores, criando ambientes inclusivos e oferecendo suporte adequado aos alunos com TEA. Tais práticas incluem a adaptação dos espaços escolares, com a criação de salas de recursos multifuncionais, e o uso de tecnologias assistivas que facilitam o aprendizado e a comunicação desses estudantes, como é o caso de algumas escolas municipais em regiões do Sudeste do Brasil. Essas medidas têm contribuído para a melhoria no desempenho acadêmico e social dos alunos com TEA, promovendo sua maior participação nas atividades escolares.

A atuação conjunta entre escolas, famílias e profissionais especializados tem se mostrado um fator determinante para o sucesso da inclusão escolar de alunos com TEA. Gurgel e Lima (2021, p. 108) enfatizam que a colaboração entre esses três grupos é essencial para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas eficazes. A participação ativa das famílias no processo educacional permite que os professores compreendam melhor as necessidades dos alunos e adaptem suas práticas de ensino de acordo com essas especificidades. Além disso, a presença de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, no ambiente escolar, é fundamental para oferecer suporte contínuo tanto para os alunos quanto para os professores. A integração entre esses profissionais permite uma abordagem holística e personalizada, contribuindo para a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo e favorável.

Exemplos de boas práticas também podem ser observados em algumas escolas públicas que têm investido em programas de formação de professores voltados para o atendimento a alunos com TEA. Pimenta (2021, p. 16) aponta que escolas em cidades como São Paulo e Belo Horizonte implementaram programas de formação continuada, capacitando os docentes para a utilização de metodologias diferenciadas, como o ensino estruturado e a comunicação alternativa, para atender às necessidades dos alunos com TEA. Além disso, as escolas têm trabalhado em parceria com universidades e centros de pesquisa para desenvolver materiais pedagógicos adaptados, o que tem gerado resultados positivos na inclusão escolar.

Esses exemplos evidenciam que a implementação bem-sucedida da inclusão escolar de alunos com TEA depende de uma combinação de fatores, como a adaptação do ambiente escolar, a formação contínua de professores e a colaboração entre escolas, famílias e profissionais especializados. A integração dessas práticas tem se mostrado eficaz na promoção de uma educação inclusiva de qualidade, onde os alunos com TEA conseguem alcançar seu pleno potencial.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, conforme analisado ao longo deste estudo, revelaram avanços significativos, mas também desafios persistentes que comprometem sua efetividade. A Lei nº 12.764/2012 e o Decreto nº 10.502/2020, embora tenham estabelecido um marco legal para garantir os direitos educacionais dos alunos com TEA, não conseguiram superar por completo os obstáculos enfrentados pelas escolas na implementação dessas políticas. A pergunta que norteou esta pesquisa, "Quais são os principais avanços e desafios das políticas públicas brasileiras para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional?", foi parcialmente respondida ao evidenciar que, apesar das melhorias na legislação e no aumento da conscientização sobre a importância da inclusão, a aplicação efetiva dessas políticas ainda depende de diversos fatores, como a capacitação dos professores, a adequação da infraestrutura escolar e o fornecimento de recursos pedagógicos adequados.

Os principais achados deste estudo indicam que, embora a Política Nacional de Educação Especial tenha avançado em termos de reconhecimento dos direitos dos alunos com TEA, ainda existem desafios significativos na implementação prática dessas políticas nas escolas. A falta de formação adequada para os professores, o escasso financiamento para infraestrutura escolar, a resistência à inclusão em algumas regiões e a escassez de materiais pedagógicos e tecnologias assistivas são os maiores obstáculos identificados. Esses desafios impactam diretamente a qualidade do atendimento educacional oferecido aos alunos com TEA, comprometendo a efetiva inclusão no ensino regular. Além disso, os dados analisados indicam que as secretarias de educação têm um papel fundamental na adaptação das políticas públicas às realidades locais, mas enfrentam dificuldades devido à falta de integração entre as esferas de gestão e à desigualdade na distribuição de recursos entre as regiões.

Por outro lado, a pesquisa também revelou exemplos positivos de implementação bem-sucedida das políticas de inclusão. Alguns municípios têm se destacado no uso de tecnologias assistivas e na adaptação das práticas pedagógicas, mostrando que, quando há uma gestão

comprometida, é possível promover a inclusão efetiva dos alunos com TEA. A colaboração entre escolas, famílias e profissionais especializados tem sido um fator decisivo para o sucesso dessas iniciativas, demonstrando que a inclusão escolar vai além da adaptação física do ambiente escolar, envolvendo também uma transformação nas práticas pedagógicas e na interação entre os diversos agentes educacionais.

Este estudo contribui para a compreensão dos avanços e das limitações das políticas públicas de inclusão escolar para alunos com TEA no Brasil, oferecendo subsídios para o aprimoramento dessas políticas. Ao evidenciar os principais desafios, como a formação insuficiente de professores e a falta de recursos adequados, a pesquisa propõe uma reflexão sobre a necessidade de investimentos contínuos na formação docente, na adaptação das escolas e no fornecimento de recursos pedagógicos especializados. Além disso, a importância de uma atuação integrada das secretarias de educação e de uma maior articulação entre as diferentes esferas de governo se torna evidente, a fim de garantir que as políticas de inclusão cheguem de maneira equitativa a todas as regiões.

Contudo, este estudo também aponta para a necessidade de pesquisas que aprofundem a análise sobre os impactos das políticas de inclusão na prática escolar. Estudos futuros podem investigar de forma detalhada como as escolas que implementaram boas práticas de inclusão têm promovido o sucesso acadêmico e social dos alunos com TEA, além de explorar as percepções dos próprios professores e alunos sobre as políticas públicas de inclusão. A análise da eficácia das tecnologias assistivas e de outros recursos pedagógicos inovadores também merece ser investigada profundamente, a fim de identificar quais abordagens são eficazes para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. Dessa forma, a continuidade da pesquisa sobre esse tema é essencial para melhorar as políticas públicas e garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos com TEA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Estabelece a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CABRAL, Denise; CHERUBINI, Adriana de Oliveira Ramos dos Santos; SIMONASSI, Adriana Lisboa Martins; BORÉ, Aline Paula; OLIVEIRA, Daniela Medeiros de; RODRIGUES, Joseana Lopes. O uso de ferramentas digitais para o desenvolvimento cognitivo na educação infantil. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente. São Paulo: Arché, 2024. p. 149-170. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-112-2-7>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GONÇALVES, Luciana Marinho Soares; BOECHAT, Gisela Paula Fatinanti; REZENDE, Antonio Pinheiro de. A formação de professores para a inclusão de alunos com autismo: desafios e oportunidades. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível. São Paulo: Arché, 2024. p. 46-71. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-3>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SANTANA, Telma Lustosa Silva; BORÉ, Aline Paula; GONÇALVES, Cristiane da Silva Reis; MARTINO, Lourdes Miranda; SILVA, Ludimila Fernandes da; SILVA, Wellington José Rosa. Desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente. São Paulo: Arché, 2024. p. 125-148. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-112-2-6>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CUNHA, A. M.; TEIXEIRA, L. P. Políticas inclusivas e formação docente: o atendimento educacional especializado para estudantes com TEA. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 4, p. 625-642, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FERREIRA, S. A.; LIMA, J. R. Políticas públicas para a inclusão de estudantes com TEA: análise crítica dos avanços e desafios. Revista Inclusão, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.capes.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GOUDOURIS, E. S.; GIANNELLA, T. R.; STRUCHINER, M. Tecnologias de informação e comunicação e ensino semipresencial na educação médica. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 37, p. 396-407, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/CKJ9hPrqYLR4z5Hj4VKYKcN/?lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GURGEL, J. C. A.; LIMA, A. S. Implementação da Lei nº 12.764/2012 no contexto educacional: desafios no acesso e permanência de alunos com TEA. Revista Educação e Políticas Públicas, v. 17, n. 1, p. 99-115, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 26 dez. 2024.

OLIVEIRA, F. S.; PINTO, M. C. Políticas públicas e a formação continuada de professores para a inclusão de estudantes com TEA. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 47, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147239419>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PIMENTA, T. D. A inclusão de alunos com TEA no ensino regular: desafios e avanços nas políticas públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 89, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147239417>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SANTOS, R. P.; CORRÊA, D. A atuação das secretarias municipais de educação na implementação de políticas de inclusão para alunos com TEA. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 28, n. 1, p. 121-136, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28n1p121>. Acesso em: 26 dez. 2024.

SILVA, M. L. C.; ALVES, P. R. A Política Nacional de Educação Especial e os impactos no atendimento educacional de estudantes com TEA. *Revista Educação Especial*, v. 36, n. 2, p. 303-320, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v36n2p303>. Acesso em: 26 dez. 2024.

RIBEIRO, C. B. C. A rede social Facebook como espaço educativo para o desenvolvimento de estudantes com deficiência intelectual matriculados nos anos finais do ensino fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4b81eafe-9a79-4d9e-91e1-cb81b9b2e2ff/content>. Acesso em: 27 dez. 2024.